

CARTA DO COMITÊ POPULAR DAS MULHERES FEMINISTAS BRASILEIRAS

8 DE MARÇO 2023 | DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES



O Comitê Popular das Mulheres Feministas Brasileiras é uma articulação democrática-popular do movimento feminista com representações nacionais dos movimentos sociais auto-organizados, mistos, centrais sindicais, partidos, entidades, redes e frentes de atuação política do campo da esquerda. Este comitê foi fundado a partir da necessidade do feminismo brasileiro de se articular contra as reformas do golpismo de Temer, os terrores da gestão bolsonarista e em defesa da candidatura do agora presidente Lula. No entanto, nossa articulação não se encerrou no processo eleitoral, segue na luta em defesa da vida, por autonomia, igualdade, liberdade e dignidade para as mulheres.

Articuladas nas Frentes Brasil Popular (FBP) e Povo Sem Medo (PSM), essas mesmas organizações já vinham debatendo e construindo lutas das mulheres frente ao avanço do conservadorismo, seja no “Fora Cunha”, na denúncia contra o golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff; seja nas violências econômicas impostas pelo golpismo, com as Reformas Trabalhista e da Previdência e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC 95). Seguimos reafirmando a luta feminista no enfrentamento à violência sexista, ao racismo, à LBTfobia, e em defesa dos direitos dos sexuais e reprodutivos das mulheres.

A pandemia expôs e aprofundou as violências estruturais de classe, raça e gênero inerentes à sociedade brasileira e nós estivemos permanentemente em marcha pela vida digna de todas e todos as/os brasileiras/os.

Mais recentemente, nos quatro duros anos, seguimos nas ruas, mobilizadas na resistência e no enfrentamento ao governo de Bolsonaro e suas políticas fascistas e anti-povo, que, não por acaso, nomearam as mulheres e o feminismo como um dos seus principais adversários.

A eleição de Lula é para nós uma importante vitória, mas a batalha contra os retrocessos ainda está posta e são muitos os desafios e tarefas para o próximo período. Por isso, o Comitê Popular das Mulheres Feministas Brasileiras se coloca como espaço para articular a unidade entre as organizações que a compõem para a recomposição de direitos cassados pela extrema-direita e para o fortalecimento da nossa luta pela conquista por mais direitos e em defesa das bandeiras históricas do movimento de mulheres e feminista do nosso país.

Por isso, neste 8 de março de 2023, seguimos mobilizadas em defesa da vida das mulheres, em marcha, nos campos, nas florestas, nas águas, nas cidades e nas redes. Seguimos organizadas coletivamente para o enfrentamento ao machismo, ao racismo, ao capitalismo que mercantiliza nossos corpos, nossas vidas, que explora nossa força de trabalho e invisibiliza todo o trabalho doméstico e de cuidados para a sustentabilidade da vida que realizamos, que violentam nossos corpos, territórios, culturas, ambientes, nossos povos, filhos e filhas.

Depois de anos enfrentando as violências decorrentes de um governo fascista, racista, machista e genocida, vendo e vivenciando o aumento da fome e da miséria no nosso país, vivemos agora momentos de esperança. Com o governo do presidente Lula, acreditamos que voltaremos a viver em uma democracia, com respeito às instituições. Um governo que desenvolverá políticas para enfrentar as profundas desigualdades sociais, de classe, raça e gênero que marcam o Brasil, com ações urgentes como a revogação da EC do teto de gastos, da reforma trabalhista e previdenciária. Desejamos e lutaremos para que seja um governo com intensa participação popular, que ouça as mulheres para a construção participativa de políticas públicas, que enfrente a fome, a pobreza e a violência e que proporcione bem viver para o povo.

Sabemos que ter democracia é fundamental para termos uma vida de respeito, paz, para sermos vistas como sujeitos de direito e de transformação social, para que as políticas consigam responder às nossas reais necessidades. Para nós é urgente o enfrentamento à fome nos campos, florestas, águas e cidades, com políticas que fortaleçam a produção e a distribuição de alimentos saudáveis para todas as pessoas e que fortaleça o trabalho realizado pelas mulheres. Ao mesmo tempo, nossa busca maior é por bem viver, por uma vida com dignidade, igualdade, justiça, liberdade e paz.

Por isso afirmamos nosso lema: Pela vida das mulheres: Em luta contra a fome, pela democracia e pelo bem viver.

Nesse sentido, apresentamos 13 pontos estratégicos que consideramos fundamentais para que os governo federal, estaduais e municipais busque dar respostas ao enfrentamento da fome, na defesa da democracia e na promoção do bem viver para as mulheres e o povo brasileiro:

13 PONTOS ESTRATÉGICOS

- 01** Combater a fome e a pobreza através de políticas públicas de geração de autonomia e renda e de acesso à alimentos saudáveis produzidos pela agricultura familiar e camponesa com política de redução drástica de agrotóxicos, retomada de programas como o PAA e o PNAE;
- 02** Implementar políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional, orientados pela perspectiva agroecológica, com políticas e fomentos para a organização produtiva das mulheres do campo, das águas, das florestas e das cidades, que reconheçam e apoiem a contribuição das mulheres para a produção de alimentos saudáveis, mas também convoquem para o compartilhamento de responsabilidades por uma vida saudável;
- 03** Reestatizar a Eletrobrás para que a população brasileira não tenha mais aumento nas contas de luz, como os 25% de aumento previstos nos próximos anos, realizar mudanças no Preço de Paridade de Importação (PPI) para garantir gás de cozinha a preço justo.), assim como realizar ações que ofereçam ao povo brasileiro combustível a preço acessível para diminuir o preço dos alimentos e acabar com a fome. É um consenso coletivo que o alto preço das tarifas de energia, água, esgoto, gás e alimentos tem impactado sobremaneira o custo e a qualidade de vida da população, em especial das mulheres trabalhadoras;
- 04** Garantir os Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, com base na justiça reprodutiva e pela legalização do aborto, com a garantia contra o sucateamento e a ampliação imediata da rede de atendimento aos abortos previstos em lei;
- 05** Elaborar uma Política Nacional Integrada de Cuidado, com orientação de universalização, garantia dos direitos de quem cuida e quem é cuidada/o. Tal política deve visar a reorganização e redistribuição da responsabilidade social pelo cuidado, enfrentando a desigualdade de gênero, raça e etnia e contribuindo para a ampliação e universalização do acesso das mulheres à seguridade social, colocando em diálogo vários ministérios para que esta ação não fique limitada à política de assistencial social;
- 06** Universalizar o direito à creche e ampliação das escolas em tempo integral;
- 07** Instituir ações em todos ministérios de enfrentamento a todas as formas de violências contra as mulheres, crianças e meninas, incluindo a violência política de gênero e implementar um programa de combate ao tráfico de mulheres e a exploração sexual de meninas, adolescentes e mulheres, considerando na formulação das mesmas as especificidades geográficas das mulheres do campo, das florestas e das águas;
- 08** Enfrentar o racismo estrutural e ao encarceramento e genocídio da população negra, quilombola e indígena desse país, o que demanda passos para a desmilitarização e uma segurança pública que respeite os direitos humanos;
- 09** Incentivar programas e ações para uma cultura igualitária, entre outros, como critérios para compras de materiais didáticos do nível básico com foco no combate às diversas formas de preconceito, assim como criar e fortalecer mecanismos para aumentar a participação das mulheres em ciência e tecnologia;
- 10** Executar políticas e programa para democratização dos meios de comunicação, para enfraquecer e derrotar a desinformação, entre tais ações Criar uma política efetiva de acesso à internet como mecanismo essencial para democratização da informação, do acesso à cultura e à educação, tanto nas escolas quanto nas residências de baixa renda, no campo, nas águas, florestas e cidades;
- 11** Construir e implementar políticas públicas de inclusão social e enfrentamento à violência contra lésbicas e sapatões, e pelo fim da LGBTQIA+fobia, do lesbocídio e do transfeminicídio, levando em consideração os dados da primeira etapa do LesboCenso Nacional. Iniciativa inédita no mundo que produziu o primeiro mapeamento do perfil sócio-demográfico de lésbicas e sapatão do Brasil;
- 12** Enfrentar a superexploração e precarização do trabalho das mulheres, com medidas que garantam autonomia econômica, com valorização do salário mínimo, proteção social e previdenciária, assim como garantia a igualdade salarial para homens e mulheres que estão na mesma função e combate às desigualdades nas formas de inserção, com atenção especial à realidade das mulheres negras e das trabalhadoras domésticas;
- 13** Apoiar a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei 4216/21 da Autogestão é fundamental para a vida das mulheres nas cidades e nas áreas rurais, assim como estabelecer uma cota no programa MCMV para as mulheres vítimas de violência. A luta das mulheres pelo acesso à moradia e ao direito à cidade é histórica e centrais para ter uma vida digna, para o bem viver.